

# sociedade contemporânea, família no brasil e valores: alterações e permanências\*

Ivete Ribeiro\*\*

No Centro João XXIII de Investigação e Ação Social (Rio de Janeiro) vem sendo realizado um Projeto de Estudos com a proposta de explorar os macro elementos Formação Social Brasileira – Família – Valores escolhidos para demarcar um espaço de pesquisa constituído em planos metodológicos diferenciados, dentro do qual busca-se qualificar as concretizações de tais elementos, no período 1964-1984. (1)

A relação *Valores/Práticas* foi tomada como chave analítica do Projeto e escolheu-se a *perspectiva histórica*, tanto para que fosse desenvolvido um rastreamento simultâneo dos *macro-elementos*, quanto para que se realizasse a observação das variadas maneiras de articulação/desvinculamento possíveis entre eles.

Conjugar tais escolhas – a da unidade de análise e a da perspectiva analítica – implicaria em acompanhar a mediação de poder presente, de forma embutida, dentro da relação *Valores/Práticas*, exigindo-se que tal conexão fosse considerada ao nível político-ideológico, ficando a *perspectiva histórica e sociológica* com a tarefa de desimpostar esta mediação, explicitando-a nas suas várias possibilidades e conjunturas, fossem de confluências e/ou de refluxos.

## A PARTIR DA CENTRALIZAÇÃO DAS VIVÊNCIAS POLÍTICAS E RELIGIOSAS NO INTERIOR DA FAMÍLIA . . .

A complexidade da Formação econômico-social brasileira – marcada por um profundo fosso inter-classes, cada vez mais intensificado, e que decorre das diversidades e disparidades regionais de um país continente, geradas, fundamentalmente, pela violência das condições econômico-político-sociais, ainda mais acrescidas pelas peculiaridades étnicas e culturais, presentes ao longo de sua constituição – aponta para a inviabilidade de se falar em “família brasileira no singular” (Correa, 1982).

---

\* Este resumo não se refere a uma pesquisa concluída. No entanto, dada a relevância do tema e o término de sua etapa inicial, julgou-se oportuno divulgá-lo neste momento (N. do E.)

\*\* Pesquisadora do Centro João XXIII.

Ainda que, de forma inegável, os progressos da informação e da comunicação atuem no sentido de gerar e incentivar certas homogeneizações na formação social como um todo, haveria que se especular sobre uma possível superposição de características histórico-estruturais, de tal maneira que se pudesse supor encontrar representações culturais e ideológicas – Valores – de diferentes fases coexistindo, desaparecendo, surgindo, trocando enfim, suas práticas de determinantes/determinados nas relações entre Família e Sociedade, o que legaria particularidades às diferentes classes sociais de núcleos mais ou menos urbanizados, no interior das várias regiões brasileiras.

A retomada da literatura, que tangencia o espaço dos *macro-elementos* selecionados para este Projeto de Estudos, vem mostrando a pertinência de se tomar o *político* e o *religioso*, no caso do Brasil, como instâncias privilegiadas de geração/codificação/inculcação de representações éticas, ideológicas e culturais para, através delas, acompanhar a constituição da formação econômico-social brasileira que funda-se a partir da centralização das vivências políticas e religiosas no interior da Família.

Sabe-se que o Catolicismo brasileiro, com origem na tradição ibérica, é apontado como “uma das bases fundamentais próprias aos sistemas de dominação historicamente predominantes no país, profundamente ligados à sociedade tradicional brasileira, com a existência de ampla e íntima coincidência entre as normas e os valores religiosos e os da sociedade inclusiva. Constitui-se o Catolicismo centro importante das ideologias desenvolvidas no Brasil, assegurando à Igreja o monopólio da vida religiosa no país, raramente tendo os valores católicos sido contrapostos às normas de conduta da sociedade nacional” (Prandi, 1975:8).

É também por demais conhecida a centralização na Família da própria vivência religiosa durante o período da Colônia, mesclada, simbioticamente, pelos mecanismos de dominação política, num contexto em que “evangelizar” deveria significar, de forma essencial, “a-portuguesar”, sendo a ordem teológica, que justificava a organização política, social e econômica dos monarcas portugueses, a mesma onde deveria se inscrever a função paterna, tornando-se “o lugar e o dinheiro do pai inquestionáveis e, por conseguinte sendo-o também o de todos os outros membros da família” (Costa, 1979:44).

Como aponta Azzi (1983:4 e 5), lançando luzes sobre o paternalismo subjacente ao catolicismo europeu trasladado para o Brasil, “sendo o projeto colonizador a realização do plano divino, todos os senhores lusitanos, que estão a serviço da Coroa, tornam-se representantes de Deus e merecedores de respeito, obediência e veneração” (. . .) não havendo “sentido para a separação entre Igreja e Estado. Desse modo, as preocupações religiosas pela expansão da fé acabavam, na prática, ficando subordinadas às metas políticas e econômicas da Coroa”.

Estas próprias características assumidas pelo período colonial, no entanto, se encarregaram de gerar especificidades que acabaram por transformar a Família num dos mais fortes obstáculos à consolidação do Estado brasileiro (2), até mesmo em decorrência da “geografia do poder”, isolando-se a administração no litoral e mantidas as famílias nas zonas rurais, o que se alterará ao final deste período, quando o desenvolvimento das cidades dará início ao processo de aproximação dos opositores.



O isolamento geográfico acima mencionado, ainda que possa não ter jogado o papel de condição suficiente em si mesma, sem dúvida compôs o quadro das condições necessárias, ao lado da rígida hierarquização na qual se estruturou a Família que, se por um lado se mostrava atada desde o Papa, passando pelo Rei, Bispo, Governador, Pároco, Magistrado até chegar ao “cabeça de toda a família” (3), por outro havia que se organizar criando mecanismos de vinculação dos membros entre si, decisivos para a sua sobrevivência auto-suficiente.

Assim, como do ponto de vista político o sistema de dominação colonial acaba por gerar um tipo de Família que se auto-referenda – mesmo que se tenha partido da aceitação implícita do modelo de organização da família portuguesa colonizadora –, também no que se refere à instância religiosa (4) pode-se sugerir que teria havido esboços de inovação, por parte da Família, quanto ao estabelecimento de relações com os párocos das pequenas vilas, ou com os capelães de engenho, por exemplo, manifestando-se elas mediante provas de força concreta e própria.

Se a sugestão acima faz sentido, estar-se-ia frente a uma situação em que o “exercício da fé” começava a passar por filtros e malhas construídos a partir dos interesses das “parentelas” (5) que começam a se constituir, num movimento de desvinculação das metas políticas e econômicas da Coroa, tributário de padrões, ainda incipientes, mas já com tons locais, montados nos vínculos de solidariedade interna que acompanharão a Família no seu caminho em direção às cidades onde, se “a abertura para o desenvolvimento econômico e cultural apagou da superfície urbana os emblemas do poder familiar, remanejou pouco, ou quase nada, sua força de ação centrípeta” (Queiroz, 1975:56).

Fazendo uso das prerrogativas do “parentesco espiritual e moral” advindo do compadrio, que era incentivado pelo Catolicismo como quase tão importante quanto os vínculos consanguíneos, a Família prosseguiu ampliando sua rede de poder, até mesmo conseguindo criar dispositivos que “isentavam os indivíduos dos direitos e dos deveres jurídicos de cidadãos para obrigá-los a agir ou reagir segundo os padrões emocionais e personalistas das relações de parentesco” (Queiroz, 1975:41), que se faziam valer para além das fronteiras geográficas.

Esta rede de poder articulava-se com os interesses das estruturas de dominação política e econômica do “mandonismo local”, que desde a Colônia, começam a se esboçar através de lutas de “parentelas” em torno do poder local, estendendo-se aos poderes provincial e nacional, depois da Independência do país, e atingindo a plenitude na forma “coronelismo”, durante a Primeira República.

Teria sido a partir da segunda metade do século XIX e durante todo o período da República velha, com o surto de urbanização (multiplicação e crescimento de núcleos urbanos, processo detonado pelas possibilidades advindas do enriquecimento cafeeiro), e em presença de rápido crescimento demográfico, que a sociedade brasileira começa a se estruturar a partir de relações mais complexas as quais, se num primeiro momento concorrem para o desenvolvimento e a manutenção da estrutura coronelística, acabam por acarretar-lhe abalos.

A constituição desse novo tipo de sociedade é o marco histórico, determinado pelos mais significativos estudos que tangenciam a questão da Família no país, a partir do qual teriam

ocorrido alterações substantivas no sentido da diminuição da importância deste grupo social (Freyre, 1933 e 1936), tendo ele enfrentado a perda de suas funções econômicas e políticas, orientando-se para o tipo conjugal (Cândido, 1951).

Naturalmente que análises mais recentes têm retomado esta generalização, aceita por longo tempo, procurando desmistificá-la, pelo menos no que diz respeito a uma possível eliminação da função econômica da Família, quando indicam, por exemplo, que ela se tem mostrado como uma instituição altamente ajustada e necessária à produção capitalista (Ribeiro, 1982), podendo-se, no máximo, falar em alterações nas suas antigas funções, concentradora que ela era outrora até mesmo das atividades produtivas.

No entanto, nestas novas funções que a transformam em unidades de consumo ou de produção de rendimentos, não está eliminada sua essência de núcleo responsável pela reprodução tanto física quanto ideológica dos futuros membros, ainda que sua autonomia se veja sempre mais compartilhada e mesmo reduzida.

Sem dúvida, o marco histórico acima referido pontua o crescente processo de estrangulamento da Família como centralizadora das vivências político-religiosas, que não mais mediaria formalmente, como ocorrera no período de predominância das "parentelas", as instâncias do econômico, do político e do parentesco.

Acredita-se porém que, sem desconhecer a influência das mudanças sociais mais incisivas sobre a instituição Família, não se possa deixar de levantar a possibilidade que teria esta de imprimir marcas, e mesmo direções secundárias, sobre aquelas, ao longo da Formação da sociedade brasileira contemporânea, basicamente em decorrência das próprias características e especificidades através das quais ambas vêm se constituindo.

O que se supõe é que se a Família, em nossos dias, não mais medeia as articulações entre o político e o religioso, se estas instâncias vêm exercendo influências de fora para dentro dela – fato que poderia ser visto como um dos indicadores da complexificação da sociedade e conseqüente atomização das matrizes de referência –, no entanto, seria no interior desta (e no das demais instituições) que permaneceria ocorrendo a sistematização do quadro de valores quando são apresentadas as diferentes visões de mundo, através de normas morais, projetos políticos e ideológicos.

Seria neste sentido que não se poderia falar de uma perda de função da família de vez que, em meio às mudanças sociais – que implicam em alterações dos padrões de conduta e valores – as instituições, em tese, permaneceriam encarregadas de construir/reconstruir as visões que implicitamente carregam suas (delas) posições frente a este processo. Também seria nesta medida que se aponta a possibilidade de instituições imprimirem algumas de suas marcas, advindas de sua constituição histórica, às transformações pelas quais passam a sociedade.

No caso do Projeto de Estudos construído, uma das suposições que lhe serve de pilastra, esboçada a partir do papel centralizador desempenhado pela Família na constituição da sociedade brasileira, é a de que ela continuaria desenvolvendo práticas estruturadoras, ainda que diversificando, permanentemente, suas formas organizativas. A partir daí poder-se-ia



pretender localizar, no seio das suas transformações, as características das situações de mudanças mais inclusivas, sem que se descurasse do outro pólo desta relação, que se considera de reciprocidade.

Para se buscar as permanências e as alterações nos quadros valorativos, que funcionariam como arcabouços das relações estruturadoras desenvolvidas na/pela Família, acredita-se que, no caso brasileiro, seria frutuoso centrar o foco sobre os campos do *político* e do *religioso*, supondo-os como instâncias geradoras/emissoras de justificação e orientação, capazes de atribuir significados, e mesmo conteúdos, aos comportamentos e/ou atitudes. Naturalmente que não se pretende afirmar que Valores sejam gerados somente a partir destas fontes, mas elas são sugeridas, de início, com o intuito de priorizar vivências antes concentradas, fundamentalmente, no núcleo familiar.

A indicação de Durhan (1980:210) segundo a qual “a família é tanto mais fundamental quanto menores as outras possibilidades de vida associativa como aquelas que são fornecidas pela militância sindical, política e religiosa” leva a sugerir que o período dos últimos vinte anos (1964/1984) se prestaria como um *marco temporal* profícuo para se considerar os acontecimentos realizados pelas instituições brasileiras a partir do golpe militar de 1964, que opera um corte rente nas práticas econômicas, políticas, sociais e culturais que se encarnavam, soblapando pela base um processo de efervescência participativa e de formas organizativas, ao nível nacional.

A proposta de tal Projeto seria a de acompanhar as alterações e possíveis permanências que teriam sido incentivadas nas representações éticas, ideológicas e culturais que dizem respeito à Família – onde passaria a se concentrar a reduzida vida associativa a que fica remetida a sociedade brasileira – também porque se considera que, a partir de 1964, começaria a se configurar um novo processo de descolamento progressivo da coincidência ampla e íntima entre as normas e os valores religiosos e os da sociedade inclusiva, de vez que raramente “os valores católicos haviam sido contrapostos às normas de conduta da sociedade nacional” (Prandi, 1975:10).

Tratar-se-ia, assim, de realizar um acompanhamento das relações que se constituem entre o Estado autoritário que se implanta e as posições da Igreja Católica, identificando quando elas assumem formas de cooptação e de contradições que se estabelecem e se repõem, tanto fora quanto dentro da Família. Mantendo, desta maneira, presentes no *marco temporal* as instâncias do *político* e do *religioso*.

Sabe-se da importância que é atribuída à Família pelos sistemas políticos ditatoriais (6), de vez que se encontraria face a situações onde “os atores dominantes diretamente ou através do governo tentarão controlar e reorientar as agências de socialização. Basicamente, o objetivo desse controle é não só impedir essas agências de veicular determinadas mensagens (isto é, censura), mas também forçá-las a veicular certas outras mensagens (isto é, propaganda). Essa tentativa dos atores dominantes no sentido de garantir a instrumentalidade das agências de socialização pode levar a que estas tenham sua autonomia reduzida ou mesmo eliminada” (Machado, 1980:137).

Provavelmente, circunscrita ao binômio *censura/propaganda*, a Família tenha desenvolvido especificidades na reordenação de suas representações, em decorrência de se configurar como uma das agências de socialização que, mesmo “sendo locus da emanção do público, manter-se-ia enquanto instância do privado” (Ribeiro e D’Araujo, 1977:12), na qual seriam sistematizados e controlados os comportamentos – até mesmo aqueles gerados fora dela – que visassem a adequação e a legitimação do regime autoritário que faz surgir tal binômio.

Não menos importante poderia ser considerada a Família para a Igreja Católica, enquanto núcleo de manutenção da fé cristã e das práticas de iniciação e reprodução da própria instituição religiosa, e a década de sessenta é apontada como divisor de águas para as mudanças no modelo de Família que passará a ser difundido, ocorrendo “radical transferência de valores que irão servir de base a padrões normativos recomendados. Os valores alterados dizem respeito à diminuição da ênfase em aspectos éticos e sacrais e na plena aceitação de ideais profanos ligados à capacidade competitiva, fundados nas ciências ligas, como a Psicologia, a Psicanálise e a Pedagogia” (Camargo, 1975:159).

Este modelo de Família proposto recomendava tipos de família compatíveis com o desenvolvimento capitalista, em período de escassez de mão-de-obra qualificada e pronta a participar do consumo e aderir a um estilo de vida urbano, o que leva Prandi (1975:10) a sugerir que a “Igreja Católica vem assumindo, pelo menos em termos de orientação para os padrões de família, no decorrer das últimas três décadas, posição que a situa como fonte legitimadora da sociedade capitalista brasileira” sendo “a legitimação entendida como processo de internalização de valores que fornecem consciência de significado cristão a condutas específicas criadas pela dinâmica da realização do sistema social”.

O que se considera é que acompanhar o *político* e o *religioso* como campos de emanção/divulgação das representações éticas, ideológicas e culturais referidas à Família, nos últimos vinte anos da sociedade brasileira, afora significar a tentativa do registro, ainda inexistente, das cristalizações desenvolvidas (introduzidas e/ou mantidas) no período 1964/1984, também se apresentaria como uma contribuição fundamental, dada a inexistência de estudos que se localizassem no espaço demarcado pelos *macro-elementos* escolhidos.

### ... UM PROJETO DE ESTUDOS EM TRÊS PLANOS DE INVESTIGAÇÃO.

Mas, acredita-se, o mais cauteloso seria realizar uma aproximação a esta complexidade em vários níveis, onde a necessidade de qualificar temáticas e gerar/selecionar questões, que pudessem recortar tanto os *macro-elementos* quanto o *marco temporal*, fosse se articulando com a exigência da reflexão teórica até que, desse processo, se dispusesse de condições para a construção de um objeto de investigação empírica.

Assim é que se armou um Projeto de Estudos em três planos – Estudo Sistematizador, Estudo Exploratório e Estudo Indagativo – que serão apresentados, agora, em suas linhas gerais.

O *Estudo Sistematizador* (7) construiu para si algumas expectativas, a primeira delas



configurada no traçado de um quadro no qual a relação *Valores/Práticas*, referida à Família, no período determinado da Formação social brasileira estivesse contemplada, nela privilegiando-se a qualificação de temáticas e a elaboração de questões que pudessem compor as diretrizes dos demais Planos de Estudos do Projeto.

O movimento em direção à *análise histórica* – outra expectativa – afora pretender superar a consideração dos “valores em si mesmos”, na medida em que remete o Estudo para a formação social concreta no marco 1964/1984, busca manter a Família enquanto tema central num exercício de valorização sem independentização.

Ao objetivar o ampliado do conteúdo de *práticas* (tanto aquelas organizadas enquanto *intervenções institucionais*, como as que se apresentam constituídas em *estruturas familiares concretas*), o Estudo agrega a si a proposta não só de focar suas formas de manifestação – por exemplo via discursos de instituições –, como também de considerar a relação *Valores/Práticas* como geradora/emissora de representações, nascidas no interior de embates de poder no seio da sociedade, manifestos em formas processuais de imposição, confronto, rebatimento, confluência, refluxo e acomodação.

O foco escolhido para a análise foi a movimentação de elementos fundamentais da Igreja Católica e do Estado Brasileiro, considerando-os como instâncias de recuperação do ideológico e do político, ambos em condições de se apresentarem enquanto expressões que buscam a legitimação ao se dirigirem à Família e que poderiam, nesta medida, ser tomados enquanto palcos geradores/difusores das *práticas* e dos *valores* predominantes a ela referidos.

Não serão palcos lineares, sabe-se, havendo o *Estudo Sistematizador* que manter a acuidade suficiente para apreender as fendas, contradições e acomodações de tais instâncias, buscando recuperar no período das décadas 1964/1984 os momentos em que a relação *Valores/práticas* teria merecido destaque para, então, resgatá-la.

A construção dos caminhos metodológicos para este Estudo procurou se viabilizar através da constituição de *Campos Documentais* e de *Estudos Complementares*.

A primeira forma de proceder foi operacionalizada através da *Análise de Documentos* que consubstanciassem o *político* (reduzido ao Estado Brasileiro e este ao Poder Executivo) e o *ideológico* (reduzido ao religioso e este à Igreja Católica), transmutados numa perspectiva político-ideológica, sendo os Documentos selecionados vistos enquanto cristalizações das maneiras de atuação e de influência sobre a Família vindas destas instâncias e, portanto, como instrumentos que expressam orientações e normas, que se propoiam informar e forjar as próprias concepções que esta unidade de vida social viria a ter acerca de suas relações com as condições reais de existência.

Nesta medida seriam buscados os Documentos que se referissem a um *Conjunto de Temáticas*, mais diretamente dadas à exploração dos aspectos *orientadores e normativos* para as *práticas*, como aquelas que explicitavam as questões da Política Demográfica, Planejamento Familiar, Divórcio e Aborto.

Este Conjunto passaria a funcionar como orientador para a composição dos *Campos Documentais* e como um certo fulcro em torno do qual se buscaria articular os *macro-elementos* do Projeto no período delimitado, atuando os limites deste marco como linhas de recorte, possibilitando mesmo a localização de periodizações, tanto no interior de cada Campo, quanto no que se referisse a um caráter mais especificamente conjuntural, na medida em que registrassem posições e deslocamentos nas instâncias político-ideológicas.

Neste *Estudo Sistematizador*, ao lado dos *Campos Documentais* constituídos pela Igreja Católica e pelo Estado Brasileiro, também se procuraria incorporar um outro, com caráter tributário aos anteriores, vistos como determinantes, que se formaria através do procedimento de sondagem dos mecanismos de penetração, de ressonância e de divulgação do *Conjunto Temático* em jornais da cidade do Rio de Janeiro com repercussão nacional.

Por meio desse recurso se pretendia não só observar as convergências e as contraposições entre os Documentos advindos da Igreja Católica e do Estado e os conteúdos das matérias a eles referidas divulgadas pela imprensa, como também dar certo destaque ao processo de conformação da opinião pública, podendo-se – quem sabe – mesmo chegar a construir pautas comparativas entre o mapeamento desse Campo Imprensa e aqueles que resultariam da análise dos dois outros Campos Documentais.

O outro tipo de procedimento previsto para este Estudo foram os *Estudos Complementares*, de vez que se considerava que os *macro-elementos* – Formação Social Brasileira, Família e Valores –, num período histórico de tamanha complexidade, não estariam suficientemente iluminados somente por intermédio da análise dos Campos Documentais Igreja Católica, Estado Brasileiro e Imprensa.

A presença rarefeita de estudos brasileiros cujo foco sejam as questões situadas mais marcadamente nos campos superestruturais, sem que se descurassem as clivagens econômicas e políticas, determinantes na estruturação de sociedades de classes, como as que vêm sendo forjadas nos países capitalistas periféricos, ainda mais apontava para a necessidade de vigilância para possíveis lacunas das quais o *Estudo Sistematizador* acabaria por se ressentir.

Assim é que se propôs a realização de *Estudos Complementares* a serem produzidos por Cientistas Sociais especialistas, os quais seriam agregados à análise mais específica dos *Campos Documentais*.

Neles procurou-se privilegiar temas ou áreas que se mostrassem em condições de entender o enfoque: ou porque refletem, diretamente, sobre questões cristalizadas do ponto de vista filosófico, ético-moral e jurídico; seja porque recuperam fatos novos e movimentos retratando alterações introduzidas na sociedade brasileira dentro do marco temporal proposto, ou ainda, porque se colocam enquanto virtualidade subsidiadora das perspectivas teórico-metodológicas que o Projeto de Estudos encontrará pela frente. (8)

O fechamento dos *Campos Documentais* montados e a absorção dos *Estudos Complementares* configurarão o encerramento do Plano inicial do Projeto de Estudos, o *Estudo Sistematizador*. (9)



O Segundo Plano – *Estudo Exploratório* – terá o propósito de dilatação do mapeamento realizado, tanto no sentido de qualificar mais especificamente o *religioso* (que no primeiro momento estará reduzido ao *católico*), quanto no que diz respeito à inclusão de outros campos, marcadamente referidos às manifestações de cunho mais cultural e ideológico, isto por meio de *Análise de Depoimentos*.

Não se pretende, no entanto, através dessa modalidade, buscar comprovação de nenhuma ordem, de vez que se estará levantando material de natureza diferenciada daquele que já se encontra posto nos Documentos. Considerar *Depoimentos* terá o sentido de entrar em contato com uma nova realidade composta pelas práticas concretas que operacionalizariam tanto as orientações dos Campos Documentais, quanto as diferentes formas organizativas familiares.

Procurar-se-á operar com dois eixos de depoimentos: os dos *Agentes*, ligados diretamente à execução de práticas que concretizam as orientações consubstanciadas pelos campos documentais sistematizados e o de *Atores* das formas organizativas familiares, procurando considerar tanto núcleos de *família conjugal* como *modos alternativos em curso*.

Por *Agentes* serão tomados, tudo leva a crer, os executores de programas que viabilizam a implantação da Política Demográfica do Estado (poder-se-á privilegiar o Programa de Saúde Materno-Infantil, por exemplo) e os possíveis responsáveis pela implementação das orientações da Igreja Católica sobre o Planejamento Familiar (poder-se-á focar a Pastoral de Família ou o Movimento Familiar Cristão, desta feita).

Com respeito aos *Atores*, a idéia a ser experimentada será a de articular as possíveis matrizes da relação *Valores/Práticas* (sistematizadas no Primeiro Plano de Estudos) ao *marco temporal*, o que poderá significar atribuir prioridades às formas organizativas familiares que tenham se constituído no decorrer das últimas décadas na formação social brasileira.

Como já se pôde indicar, não se pretende atribuir nenhum caráter de controle desse Plano de Estudo sobre aquele que o antecede, de vez que se encara o *ideal*, o *teórico* e o *doutrinário* como realidades diferenciadas de suas *práticas efetivas*, não havendo interesse em supor coerência entre elas, o que não impedirá de registrá-la, caso se manifeste.

A perspectiva de averiguação, que caracterizará a especificidade do Terceiro Plano – *Estudo Indagativo* –, diz respeito à constituição de um efetivo objeto teórico-empírico do Projeto de Estudos.

Analisadas temáticas escolhidas, via Campos Documentais e passando a submetê-las a um procedimento de ampliação, através de Coleta de Depoimentos considerados como outro nível da realidade, pretende-se atingir um patamar de qualificação de questões que possibilite determinar o desenho para um estudo empírico que se localize no espaço dos *macro-elementos* escolhidos para o Projeto.

Este desenho já possui prováveis linhas demarcadas: umas advindas do *marco temporal* que tem norteado todos os encaminhamentos dados até este estágio do Projeto de Estudos; outras, derivadas da perspectiva metodológica mais aconselhável em função da inexistência de

estudos que focassem Formação social – Práticas familiares e Valores, no decorrer das duas últimas décadas.

Com respeito ao *marco temporal*, é dele que se originam as suposições gerais que vêm sendo alinhavadas, segundo as quais haveria que se investigar as alterações e permanências que se manifestariam no interior das formas organizativas familiares em períodos ditatoriais, principalmente considerando que, no caso brasileiro, o espaço 1964/1984 configura um acelerado e novo processo de deslocamento entre as posições do Estado e da Igreja Católica no que se refere a *Valores*, a *visões de mundo*, a *projetos de sociedade*.

Se, historicamente, o *político* e o *religioso* mantinham unissonidade e centravam-se na Família, que alterações e/ou permanências poder-se-ia flagrar, quando as representações/justificativas/orientações, deles advindas, abrem-se em diferentes brechas?

Eliminadas as demais formas associativas – como as de caráter substancialmente político e as sindicais – e contida a Formação social brasileira em modelo econômico-político-cultural sem legitimidade da Nação, em que tipo de prática social teria se transformado a Família? Que “modos de vida” teriam sido reordenados? Que “formas alternativas” teriam sido gestadas?

Tratar-se-ia de alterações/permanências observáveis para toda a sociedade, ou seriam elas localizadas em classes ou frações de classes específicas?

Em que medida poder-se-ia atrelar estes processos ao contexto autoritário do período 1964/1984, vivido pela sociedade brasileira?

Como se pode observar, são suposições gerais e questões amplas estas que deverão ser qualificadas, através dos procedimentos previstos pelos dois Planos que antecedem este *Estudo Indagativo*.

Neste sentido – e esta seria a outra provável linha já demarcada para este último Plano – tudo indica que se deverá fazer uso da forma *Estudo de Caso*, no qual se procurasse mesclar procedimentos quantitativos e qualitativos, sendo que, nestes últimos, a proposta seria tanto de recuperar *histórias de vida*, quanto de recolher opiniões sobre possíveis alterações/permanências nas representações e justificativas dos mesmos informantes.

Pensa-se que, desta maneira, se procederá a uma qualificação sempre maior e mútua de *práticas*, *opiniões* e *representações*, considerando-as como realidades tão diferenciadas quanto complementares.

## NOTAS

1. Uma apresentação completa do Projeto de Estudos, em seus aspectos teórico-metodológicos, encontra-se em Ribeiro et alii (1985), paper apresentado no seminário “Sociedade Brasileira Contemporânea: Família e Valores”, Teresópolis, Centro João XXIII, 28-31/05/1985. O resumo das idéias ora apresentado é tributário deste paper.



2. No estudo de Costa (1979:49) tem-se a defesa desta idéia.
3. Esta é a estrutura de um dos sermões do Pe. Vieira, citado por Costa (1979:44).
4. Certamente, as representações do Sagrado, de origem africana, acabaram por exercer influência nas formas de relações, tanto ao nível das representações do mundo quanto no que se refere ao exercício das formas de poder. No entanto, rarefeitos são os estudos que desanuviasssem suas efetivas contribuições. Assim, quando se faz referência à esfera religiosa se estará movimentando com heranças de comportamentos, padrões e valores advindos, fundamentalmente, do Catolicismo.
5. Para o conteúdo do conceito, ver Queiroz (1975:165).
6. Corrêa (1983:10) considera que esta questão “tem sido atacada apenas indiretamente pelas pesquisadoras brasileiras” e menciona um estudo onde ela mereceu enfoque: MACCHIOCHI, Maria Antonieta, 1976, “Les femmes et la traversée du facisme”. *Eléments pour une analyse du facisme* 1. 10/18, V.G.E., Paris.
7. Dentre os três estudos do Projeto, este será o mais detalhado em função de ser o primeiro, já estando em fase avançada em direção ao seu fechamento.
8. O conjunto dos Estudos Complementares foi apresentado no seminário referido na nota de número 1 e, no momento, encontra-se no prelo a sua publicação, a sair na coleção “Seminários Especiais do Centro João XXIII”, da Editora Loyola.
9. Esta é a fase atual do Projeto de Estudos.

#### BIBLIOGRAFIA REFERIDA

- AZZI, Riolando. 1983. *Moral Católica e Sociedade Colonial*. Rio de Janeiro, Centro João XXIII. (mimeo).
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. 1975. Catolicismo e Família no Brasil Contemporâneo. In: *Estudos CEBRAP*. São Paulo (12): 149-160, abr./jun.
- CÂNDIDO, Antonio. 1951. The Brazilian Family. In: SMITH, T. L. e MARCHANT, A. *Brazil, portrait of a half a continent*, New York, The Dryder Press.
- CORRÊA, Mariza. 1982. Colcha de Retalhos. *Estudos sobre Família no Brasil* (org.). São Paulo, Brasiliense.
- CORRÊA, Mariza. 1983. Mulher e Família. Anotações para definir um projeto de pesquisa. Águas de São Pedro, ANPOCS, VII Reunião Anual, out.

- COSTA, Jurandir Freire. 1979. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, Graal.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. 1980. Família Operária: Consciência e Ideologia. In: *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 2.
- FREYRE, Gilberto. 1933. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, Maya e Schimidt.
- FREYRE, Gilberto. 1936. *Sobrados e Mocambos*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.
- MACHADO, Mário Brookman. 1980. Famílias, Socialização Política e Ideologias. In: *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 23, nº 2.
- PRANDI, Reginaldo. 1975. Catolicismo e Família: Transformação e Ideologia. In: *CADERNOS CEBRAP*, São Paulo, nº 21.
- QUEIROZ, Maria Izaura Pereira. 1975. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. *O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel Editora.
- RIBEIRO, Ivete. 1977. *Família: instância do privado ou locus da emanção do público? Uma análise da Emenda Divorcista*. (Com D'ARAÚJO, Maria Celina). Rio de Janeiro, IUPERJ. (mimeo).
- RIBEIRO, Ivete. 1982. *A multiplicação dos braços*. Tese de Mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ, (mimeo).
- RIBEIRO, Ivete. 1985. *Confluência e Reflexos nos Discursos sobre Família: Igreja Católica e Estado Brasileiro. Período 1964/1984. Conjecturas Preliminares*. (Com ROMANO, Maria Carmem J. S. e VIANA, Rodolfo L.). Rio de Janeiro, Centro João XXIII, (mimeo).